

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NA EUROPA (CRCPE), realizada nos dias 5 e 6 de Março de 2018 em Lisboa, na Sala dos Concursos, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas.

(Em anexo: Ordem dos Trabalhos, Convites ao MNE, SECP e outras personalidades, Plataforma de Ação Comum para o triénio 2017-2019 - PAC)

A segunda reunião, incluindo a Ordem de Trabalhos do CRCPE, foi convocada pelo Presidente, Conselheiro Alfredo Stoffel. Para além do Presidente do CRCPE estiveram presente a(o)s seguintes Conselheira(o)s das Comunidades eleita(o)s pela Europa: Iolanda Banu Viegas (Reino Unido), Luísa Semedo (França), Amadeu Batel (Suécia), David Borges (Andorra), José Loureiro (Alemanha), Manuel Cardia Lima (França), Raul Lopes (França), António Cunha (Reino Unido), Manuel Figueira (Suíça), Rogério Oliveira (Luxemburgo) e Paulo Marques (França).

Abertura de sessão : 9h30 horas.

O Presidente Alfredo Stoffel cumprimentou a(o)s presentes e referiu as ausências justificadas e por força maior, e assegurou-se das procurações que foram dadas a Conselheira(o)s presentes. A Conselheira Luísa Semedo foi designada secretária da reunião em substituição da Secretária, a Conselheira Sónia Oliveira.

Alfredo Stoffel mostrou o seu desagrado pela forma como as individualidades convidadas, em particular os responsáveis políticos do Governo, a participar na reunião do CRECP se comportaram, sobretudo a ausência de resposta da maioria dos convidados revelando o desinteresse que tem pelo Conselho das Comunidades Portuguesas.

A ata da reunião anterior do CRCPE, dos dia 2 e 3 de março de 2017 em Lisboa, previamente enviada a todos os membros do CRCPE foi aprovada por unanimidade.

Avaliação do trabalho desenvolvido no Conselho Permanente e apresentação de propostas a apresentar na reunião anual de maio. (14-16 maio 2018)

Amadeu Batel

O Conselho Permanente (CP) serve para coordenar as atividades dos Conselhos Regionais (CR) (atribuições e competências e objetivos próprios às suas áreas geográficas). O Conselho Permanente não tem poder” para se sobrepor às deliberações dos Conselhos Regionais.

Os Conselhos Regionais decidem sem se preocuparem, no essencial, com as deliberações dos outros CRS. Não temos grandes expectativas sobre o que o CP pode fazer, e não discutimos objetivos programáticos balizados no PAT, excluindo-se o essencial. As temáticas são

abordadas de forma generalista e superficialmente. O tema maior em discussão neste momento é o da criação de um site.

Se o CP é coordenador e se os CRs não têm vida dentro do PAT, há muito pouco para coordenar. Ainda não foi feita a tomada de posse do Conselho Nacional de Educação (CNE), não foram postas à disposição verbas para as deslocações de quem vive fora do país

No CP para a escolha da(o)s Conselheira(o)s que representariam o CP no Conselho económico e social e Conselheiro Batel defendeu a paridade e rejeitou o critério de proximidade geográfica. A Europa não tem peso no Conselho Permanente, sendo no essencial discriminada. Seria importante, para cumprir o espírito da Lei, haver rotatividade nos órgãos diretivos sem necessidade de recurso a votações.

António Cunha

Reitera e confirma o que foi dito pelo Conselheiro Amadeu Batel e acrescentou o facto do presidente do CCP ter posto o lugar à disposição caso a proposta de recondução da mesa diretiva não fosse aprovada.

José Loureiro

Os suplentes não são convidados por omissão para participar no CP.

Alfredo Stoffel

Apelo para que os titulares contactem os suplentes em caso de ausência.

Amadeu Batel

Como representante do CR Europa não propôs a recondução do Conselheiro Nelson Ponta-Garça, não por questões pessoais mas por questões de competência. Mas os Conselhos Regionais já traziam as suas propostas. E continua a haver uma partidarização nas escolhas.

Deveria haver rotatividade e a região Europa que representa mais membros deveria ter acesso também à direção.

Iolanda Banu Viegas

É um problema haver falta de comunicação uns com os outros e hoje temos internet que é uma grande ajuda. Poderia ser criado um grupo privado Facebook ou utilizar uma aplicação como a Slack.

Avaliação do trabalho nas Comissões Temáticas e propostas a apresentar na próxima reunião com

Rogério Oliveira

Há um desinteresse por parte das Comissões temáticas, há falta de motivação começando pelas instâncias principais. Não existe um reconhecimento oficial e não existimos para a comunicação

social. Somos uma parte enorme no PIB deste país e dão-nos de volta migalhas que não servem para nada.

David Borges

Havia problemas de disponibilidade e de coordenação das reuniões, nomeadamente porque o Presidente da Comissão Ensino, Comunicação Social e Associativismo, está na Venezuela onde se vivem momento conturbados.

Manuel Cardia Lima

Aceita as críticas, mas também nunca recebe nenhum assunto por parte dos colegas, tem dificuldades com as reuniões on-line e os horários em dias da semana não lhe convêm. E os assuntos acabam por andar à volta das questões da Venezuela.

Manuel Figueira

Não existem meios. Os diálogos com a Comunidade custaram muito dinheiro e têm pouca eficácia e a(o)s Conselheira(o)s nem sequer foram convidada(o)s.

O importante para as Comissões Temáticas e para o CCP em geral é que tenham autonomia financeira e administrativa e um financiamento que esteja inscrito no orçamento geral do estado. Os Conselhos consultivos dos Consulados não deveriam existir pois as competências da(o)s Conselheira(o)s das Comunidades já as abrangem, ou pelo menos a(o)s Conselheira(o)s deveriam fazer parte por inerência.

A SECP deveria criar condições para uma maior visibilidade da(o)s Conselheira(o)s. Servir o sistema e não se servir do sistema. Deveria ser enviado a todas as associações quem são a(o)s Conselheira(o)s. Deveríamos ter um cartão de identificação. Questionamento sobre para onde vão as receitas dos atos consulares e do FRI (Fundo para as Relações Internacionais).

Amadeu Batel

As comissões temáticas impõem a realização de relatórios e estudos demasiado elaborados e com temáticas demasiado variadas. Existem temáticas suficientes que podem ser tiradas do PAC (Plano de ação comum) na qual já existem propostas concretas e que podem ser traduzidas nas outras regiões.

Falta-nos um pensamento estruturado sobre o que deve ser o Conselho da Europa. As Comissões temáticas devem desenvolver o que já existe no PAC.

Tem de se bater à porta de quem tem a responsabilidade política, de quem decide as políticas, e não são nem as Embaixadas, nem os Consulados que têm esse poder, eles limitam-se a executar as políticas. Existem fragilidades no nosso Conselho e não há apoio por parte do

Estado português. Não é por falta de temáticas que as CT não funcionam. As CT deveriam ser suspensas.

Manuel Figueira

Estranha que a Comissão temática das questões sociais e económicas e dos fluxos migratórios não tenha sido consultada em relação à nomeação de Conselheira(o)s para o Conselho económico e social.

Apresentação do projeto « Estatuto da(o) Conselheira(o) » elaborado pelos membros da Comissão Temática das Questões consulares e da participação cívica e política.

Alfredo Stoffel

Crítica o documento pois está-se a pedir algo que vai contra a lei, não somos um órgão de Estado e é um fomentar de vaidades.

Um estatuto deve existir, com um documento de identificação, mas não um passaporte, não somos diplomatas, nem somos deputados. O documento não é consensual, se já não somos ouvidos para o que nos é devido de direito ainda menos seremos para exigir algo que não nos estão dispostos a dar. A ser aprovado este estatuto acabaria com a instância moral que é o CCP.

José Loureiro

Defende a identificação da(o)s conselheira(o)s.

Raul Lopes

Crítica o documento, subscreve a opinião do Conselheiro Alfredo Stoffel e exige o cumprimento da lei e o assento por inerência nos Conselhos Consultivos, e ainda uma identificação bilingue.

Amadeu Batel

Rejeita a proposta, na lei nos artigos 28 e 29 já são definidos os deveres e os direitos. Na próxima revisão da Lei podem ser reavaliados e revistos.

Iolanda Banu Viegas

Este documento nunca será aprovado dado que nem aos emails nos respondem.

Após discussão, o CRCPE decide não aceitar este documento por unanimidade. Não se trata de modificar, mas de o rejeitar e ao mesmo tempo exigir o cumprimento da lei e defender a resolução das questões de financiamento. Defender a presença por inerência da(o)s Conselheira(o)s nos Conselhos Consultivos dos Consulados e a eventual criação de um documento de identificação bilingue.

14H - Avaliação das políticas dirigidas às Comunidades pelo do XXI Governo Constitucional

O Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa tem a responsabilidade de fazer cumprir os objetivos enunciados na Plataforma de Ação Comum (PAC) e, por conseguinte, o dever de escrutinar os principais responsáveis no atual Governo da República pelos objetivos plasmados no Programa do Governo (Um Portugal Global):

Neste contexto é de salientar declarações recentemente proferidas e assumidas publicamente por Vossas Excelências, dois dos principais responsáveis pela governação na área das políticas para as comunidades:

”A diáspora está no centro das Políticas do Ministério dos Negócios Estrangeiros”. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva diz ter uma política diferente dos seus antecessores ao “deliberadamente colocar a diáspora e as comunidades no centro da política do do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *“Declaração proferida no parlamento durante audição conjunta pelas comissões parlamentares de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.”*

*“O Conselho das Comunidades Portuguesas é, para o Governo, **uma importante instância de diálogo**, sempre constante, com as comunidades de portugueses dispersos pelo Mundo.”*

“Porque entendemos que o CCP é peça fundamental no diálogo e intervenção nas Comunidades Portuguesas, continuaremos a dar todo o apoio possível ao nível da organização e funcionamento.”

*“Agora, mais do que nunca, as comunidades portuguesas assumem um papel determinante para a consolidação e afirmação de Portugal no Mundo, sabemos que podemos continuar a contar com a vossa empenhada defesa e apoio dos valores que regem a nossa comunidade, que **assume como primordial a defesa da Língua e Cultura Portuguesas.**” J.L. Carneiro, mensagem Boas Festas 2018 ao CCP.”*

Sendo assim o Conselho Regional da Europa (CRE) confrontado com as declarações de Vossas Excelências conclui que se consolida, na sua relação com os portugueses no estrangeiro, o primado do paternalismo e não o do reconhecimento, visto os órgãos do CCP continuarem desprovidos de meios para funcionar de forma autónoma e excluídos de participar em qualquer consulta/diálogo sobre as políticas do Governo, vigorando uma grande dissonância entre a retórica e as práticas políticas, não havendo, por conseguinte, qualquer rutura com as políticas do passado.

Constatamos com desagrado que nenhum dos responsáveis governamentais se dignou responder ao CRE.

- Avaliação das políticas para as comunidades nos programas dos outros partidos políticos com assento parlamentar

- Qual a visão política para as Comunidades Portuguesas? :Análise e discussão –

-

Intervenção do Sr. André Ferreira, adjunto do SECP

Apresenta cumprimentos e desculpa a ausência do SECP José Luís Carneiro. E passa a mensagem de apreço do SECP pelo trabalho da(o)s Conselheira(o)s. Defende ainda uma cooperação institucional efetiva que corresponda às expectativas.

Alfredo Stoffel

Responde dizendo que não houve rutura com o passado e com a perceção que se tem em Portugal do CCP.

As iniciativas do SECP são um pouco folcloristas e estão na continuidade do que já foi feito.

André Ferreira, adjunto do SECP

Responde, salientando que só está na pasta há um mês e defendendo a iniciativa dos Diálogos com a Comunidade, onde há uma escuta das Comunidades no terreno, há um maior diálogo, o Governo está próximo das nossas Comunidades.

Amadeu Batel

Não tem havido uma relação dialógica, não é um verdadeiro diálogo, pois nem existem 2 interlocutores, nem direito de contraditório. O CCP limita-se a assumir um papel de total subalternidade.

Portugal trata os portugueses que residem fora do nosso território como estrangeiros. Não precisamos de paternalismos mas de dotações, de uma cultura escrutínio, de confronto de ideias.

Luísa Semedo

Continua-se com o mesmo discurso paternalista de « as nossas comunidades ». A cultura continua a ser um parente pobre, não há visão estratégica, a cultura também pode ser promovida

e ter resultados económicos positivos para o país como o fazem outros países (França, EUA, etc.).

As questões de género e das minorias portuguesas racializadas ainda não são tratadas com a sua devida importância. Tem de se acabar com a retórica do português emigrante de sucesso porque não são a maioria e existem muitos portugueses com problemas graves a nível económico e social. O associativismo deverá ser mais apoiado pois substitui-se muitas vezes aos poderes públicos e a recente mudança nos pedidos de subvenção à DGACCP foi problemática.

Rogério Oliveira

Defende investimento no ensino da língua. E deve-se investir de forma mais apropriada.

Iolanda Banu Viegas

É triste não sentir que estamos a ser ouvidos.

Faltam escolas para aprender português é tudo feito de forma informal por voluntários.

Existe demasiada burocracia. Nos Diálogos com a Comunidade, que tiveram lugar em Manchester, não souberam responder às perguntas, nomeadamente sobre o Brexit.

Alfredo Stoffel

Critica protocolos que são mal feitos entre governos e que depois não funcionam e são as pessoas que estão no terreno como a(o)s Conselheira(o)s que pagam as consequências e que são responsabilizada(o)s por algo que não fizeram.

David Borges

Teremos sempre o problema das capelinhas. Há falta de eficiência dos Consulados e das Embaixadas e da parte da SECP não há solução.

Raul Lopes

Não há valorização deste órgão. Os partidos do arco da governação são todos iguais. O discurso é pomposo, mas na prática não há financiamento para este Conselho. Não existe financiamento para as secções locais como o de França por exemplo. É necessário acabar com as demagogias e cumprir a lei do CCP.

Amadeu Batel

Há um fracasso nas políticas denominadas de integração com um problema real da subida da extrema direita e do racismo e xenofobia. E ainda o combate à exclusão, e as discriminações de género incluindo as políticas educativas e de apoio ao associativismo de base étnica e cultural.

Manuel Figueira

Falta vontade para dialogar. Não há diferenças, continuamos a nadar nas mesmas águas. A(o)s Conselheira(o)s não foram convidada(o)s para os Diálogos com as Comunidades, deveria

começar-se pela base. Devem investir-se os dinheiros do FRI, por exemplo e apostar-se mais na modernização.

Alfredo Stoffel

Não existe uma linha de orientação política para as Comunidades.

André Ferreira, adjunto do SECP

Pode-se sempre fazer mais e melhor nos Diálogos com as Comunidades. Os próximos serão na Austrália e Nova Zelândia. O saldo é positivo como por exemplo na questão da dupla tributação. As boas intenções devem passar à prática.

- Avaliação das políticas para as comunidades nos programas dos outros partidos políticos com assento parlamentar. - Qual a visão política para as Comunidades Portuguesas? : Análise e discussão

Intervenção do Sr. Deputado Paulo Pisco

Saúda a(o)s Conselheira(o)s e deseja um trabalho profícuo, e defende que é um trabalho de grande importância. A falta de recursos é um problema. O CCP vale por aquilo que é, o empenho das suas Conselheiras e Conselheiros, que estão no terreno e conhecem as Comunidades. É um trabalho que não deve ser desvalorizado e as embaixadas e consulados deveriam ter isso em consideração. A(o)s Conselheira(o)s deveriam estar incluída(o)s nos Conselhos Consultivos e ser convidada(o)s para a iniciativa “Diálogo com as Comunidades”.

Alfredo Stoffel

Interroga sobre a questão da dupla tributação que é injusta, fomenta o secretismo.

Raul Lopes

Interroga sobre a questão da propina e a sua mudança de opinião em relação a essa temática.

Deputado Paulo Pisco

Responde ter-se oposto à propina e que deveria terminar, mas o atual Governo decidiu não terminar, é uma receita importante e a decisão não é definitiva quando houver contexto orçamental a propina será abolida.

O recenseamento automático vai avançar apesar da oposição do PCP e dúvidas emitidas pelo CNE, e isso é uma revolução na relação com as Comunidades. Haverá um mecanismo de recusa de inscrição por parte dos que exprimirem essa vontade. Será depois necessário lutar contra a abstenção.

Intervenção da Dra. Maria João Ruela, assessora do Presidente da República

Saúda a(o)s Conselheira(o)s em nome do Presidente da República e diz estar presente para ouvir.

Alfredo Stoffel

A lei do CCP deve ser cumprida e deve haver orçamento à altura das necessidades, por enquanto só dá para pagar as reuniões do Conselho Permanente, Conselhos Temáticos e Conselhos Regionais e nada mais.

Maria João Ruela, assessora do Presidente da República

Pergunta que valor para o orçamento seria adequado.

Alfredo Stoffel

Defende que o orçamento para o CCP em vez de ser 125 mil euros deveria ser pelos menos 250 mil (sem cativações).

Amadeu Batel

Defende que não existe direito de contraditório, que Portugal trata os portugueses que residem fora como estrangeiros e propõe que se passe o CCP para a tutela do Ministério da Presidência visto o MNE não dever tutelar as políticas centrais para as comunidades: língua, educação, cultura, identidade e participação cívica e política . Defende revogação da propina. Existe uma dissonância entre a retórica e a prática política. Diálogos não são monólogos mas confronto de ideias e até agora isso não foi feito, daí o nosso descontentamento.

Deputado Paulo Pisco

A mudança de tutela é uma batalha perdida, desperdício de energia, a perda da dimensão internacional que só o MNE pode ter.

Iolanda Banu Viegas

Defende a criação de um gabinete de apoio por causa do Brexit, e que o Brexit não se deve tornar num negócio.

António Cunha

As autoridades não sabem o que responder sobre o Brexit.

Rogério Oliveira

Deve ser feito um levantamento em Portugal de tempo de trabalho para efeito de reforma. Alerta para os diplomas portugueses não serem reconhecidos no estrangeiro, nomeadamente os dos radiologistas que não são reconhecidos no Luxemburgo. A comunicação social ignora este órgão.

Luísa Semedo

Alerta para os entraves ao regresso da(o)s investigadora(e)s devido à burocracia com o reconhecimento dos diplomas obtidos no estrangeiro.

Maria João Ruela, assessora do Presidente da República

Apesar do PR não fazer parte do executivo, gosta de estar informado e estas informações vão ser transmitidas ao PR.

Encerramento do primeiro dia de trabalhos

2º DIA, REUNIÃO DO CRCPE

Abertura de sessão: 9h30 (Presidente Alfredo Stoffel)

É decidido por unanimidade realizar-se a eleição da(o) Presidenta(e) e Secretária(o) do Conselho Regional da Europa no início dos trabalhos, mas que o atual Presidente continuará a presidir a reunião e a Conselheira Luísa Semedo a secretariar a reunião até ao fim dos trabalhos.

O Presidente Alfredo Stoffel propõe o nome da Conselheira Luísa Semedo para Presidenta e o do Conselheiro Amadeu Batel para Secretário e defende que os cargos devem ser rotativos.

Não são feitas outras sugestões.

Após várias declarações de apoio aos nomes propostos e de agradecimento à antiga direção, a nova direção é eleita por unanimidade e aclamação.

Paulo Marques

Critica o facto de não haver verbas para o funcionamento das Secções locais. A secção local de França reuniu e não houve qualquer apoio às deslocações, e nem sequer se obteve uma resposta por parte do SECP. Os Conselheiros em França pagam do próprio bolso para se reunirem.

José Loureiro

De acordo com a defesa das “capelinhas” pois foram elas que nos elegeram, e se não trabalhamos localmente não dá para trabalhar na Europa.

Manuel Figueira

Falta-nos coragem para dizer não. Se não há financiamento não deveria haver atividade.

Paulo Marques

Informa sobre o Conselho de Opinião da RTP. Defende há anos esta integração. As estadias e as viagens são agora tomadas em conta. Não há uma linha editorial para as Comunidades. Defende a importância de estar presente nas reuniões do Conselho Económico e Social. A tomada de posse foi dia 1 de fevereiro. Neste caso não pagam as viagens. Mas vai fazer os possíveis para estar presente pois é complicado poder fazer pressão com as diferentes delegações por skype. Estará, portanto, presente quando o titular não o posso fazer.

Intervenção da Sra. Deputada Carla Cruz

Agradece o convite, felicita a nova direção, e diz ser uma excelente oportunidade para tomar conhecimento dos problemas das Comunidades. Não houve uma verdadeira alteração das políticas. O PCP apresenta propostas que não são bem acolhidas e inviabilizam as propostas tais como a revogação da propina ou a gratuidade dos manuais escolares no estrangeiro. O financiamento do CCP não pode ser só estadias e viagens. Necessidade de meios humanos, profissionais da área social que possam identificar os problemas das Comunidades. Apesar de não terem um deputado eleito no círculo Europa acompanham as atividades do CCP.

Paulo Marques

Problema com a presença administrativa portuguesa nas Antilhas francesas. Pergunta como irá funcionar a permanência consular prometida pelo SECP.

Raul Lopes

Questiona sobre a posição do PCP relativamente ao recenseamento eleitoral e ao modo de voto.

Deputada Carla Cruz

Em relação às Antilhas, o estado deve estar próximo das Comunidades estejam elas onde estiverem. Dúvidas a nível constitucional sobre o recenseamento automático.

Manuel Figueira

Desilusão com o tratamento dado ao CCP pelos sucessivos governos. Problema do financiamento. Os lucros gerados pelas Comunidades deveriam reverter também em apoio para essa mesmas Comunidades. Deve ser dado o mesmo tratamento a toda(o)s a(os) Portuguesa(e)s, defesa do recenseamento automático.

Iolanda Banu Viegas

A luta é sempre a mesma. Problema do Brexit, discriminação. São as pessoas que estão no terreno que são as mais eficazes. Defende o voto por correspondência e o direito de voto a partir dos 16 anos.

Amadeu Batel

Não há cultura de escrutínio, de contraditório. Crítica do paternalismo assumido pelo Governo na relação com as comunidades ao arpejo dos objetivos proclamados em “Continuar Portugal nas Comunidades”. Defende rutura com as políticas do passado, participação cívica e política, reflexão, princípio de igualdade, princípio básico, problema da abstenção é um problema de divórcio entre o estado e as comunidades, não há projeto para as conquistar, questão da tutela, não estar no MNE, passar para ministério da presidência, não sermos considerados como estrangeiros, evitar práticas discriminatórias, políticas sociais, reverter políticas do passado. Na Europa há 1,5 milhões de Portugueses muitos vítimas de discriminação e portugueses são um alvo.

Luísa Semedo

Critica visão legalista do PCP em relação ao recenseamento automático. Ter um cartão de cidadão é suficiente para ser um(a) Português(a) como qualquer outro(a). reconhecimento dos diplomas. Alerta para os entraves ao regresso da(o)s investigadora(e)s devido à burocracia com o reconhecimento dos diplomas obtidos no estrangeiro.

Rogério Oliveira

Problema do reconhecimento dos diplomas portugueses no estrangeiro, nomeadamente dos radiologistas no Luxemburgo.

Deputada Carla Cruz

O programa é do PS, o acordo que têm é uma conjunção de posições em que convergem e outras com as quais divergem. Em relação às Comunidades não têm convergência em muitos assuntos. O PCP não tem reuniões secretas, orçamento do estado versa políticas que têm a ver com as comunidades, apresentou propostas, mas só têm 15 deputados, o PS, PSD e CDS votam sistematicamente contra. Revogação da propina e gratuidade dos manuais escolares, fica muito aquém do que está na constituição. O voto aos 16 anos merece diálogo coletivo, não se impõe agora. O recenseamento automático retira de forma imediata a participação nas eleições autárquicas em Portugal, em alguns países pode retirar direitos a esse cidadão

Luísa Semedo

A Conselheira replica que o deputado Paulo Pisco no dia anterior tinha declarado ao Conselho que haveria um mecanismo de recusa desse recenseamento para todos esses tipos de caso.

Deputada Carla Cruz

A deputada Carla Cruz indicou desconhecer esse mecanismo pois não estava no projeto inicial e indica que existe um grupo de trabalho neste momento e que aguarda então pelas conclusões. Em relação ao financiamento acompanha as pretensões do Conselho e continuara a bater nessa questão. Reconhecimento dos diplomas as dificuldades deverão ser ultrapassadas. Posição do

partido contra o racismo e a xenofobia, não só na UE mas na Europa em geral, problema dos movimentos populistas e xenófobos. Não temos ilusões a nível económico enquanto não houver rutura com política europeia.

Amadeu Batel

CNE, eliminar a única ligação comprovativa de ligação a Portugal, entraves que vão do PC ao CDS. Somos da opinião que por questões de rotatividade deveriam ser consideradas como foram inicialmente concebidas dentro dos princípios que presidiram à Lei do CCP, e outras regiões representadas na direção do Conselho Permanente nomeadamente a Europa, Asia e Oceânia

Manuel Figueira

O Conselho Regional da Europa deve propor e recomendar, sendo o conselho com mais elementos, acha que devia ter lugar no órgão diretivo.

Fica decidido pelo CRE, por unanimidade, que os membros da Europa que integram o Conselho Permanente votarão contra a recondução da mesma direção sem a representatividade de outros Conselhos Regionais, nomeadamente da Europa.

Raul Lopes

Coloca a questão da participação dos Conselheiros, e de como se passa a substituição temporária ou a suspensão.

Após consulta da lei, confirma-se que é possível uma substituição temporária sem demissão não superior a 60 dias.

Alfredo Stoffel

Devem ser as secções locais a organizar as substituições temporárias e porem um substituto para participar nas reuniões.

Paulo Marques

Informa sobre um processo de destituição da Conselheira Sandrina Carneiro por ter residência em Portugal, foi solicitada pelo SECP ao Embaixador uma audiência prévia para justificar o facto da residência em Portugal e mostrar a boa fé, pois o seu Cartão de Cidadão estava caducado e foi a própria administração que aconselhou o registo de morada em Portugal. A Conselheira Sandrina Carneiro não sabia que isso iria ter incidência sobre o seu cargo, e para mais existem várias provas da sua residência em França que foram enviadas ao MNE. Até agora

sem resposta. A Conselheira Sandrina Carneiro continua, portanto, a ser Conselheira até nova ordem.

Amadeu Batel

Pede intervenção de Paulo Marques sobre presença no Conselho de Opinião da RTP e no Conselho Económico e Social

Paulo Marques

Põe em valor a sua presença no CO-RTP porque pelo facto de ser um membro que vem do estrangeiro, estar presente, pressiona a que os que estão no país estejam também presentes e então facilita o quórum. As questões tratadas têm a ver com a produção da RTP e com grelha programática. É importante marcar a nossa presença, falar de matérias de informação, questões que têm a ver com a cultura.

Sobre o CES são sobretudo opiniões sobre o orçamento, os processos laborais, coesão, são as comunidades que vão trazer algo, orçamento do território somos parte da solução

Luísa Semedo

Pede ao Conselheiro Paulo Marques para comunicar mais sobre o que se passa nos Conselhos até para poder ser ajudado pela(o)s outra(o)s Conselheira(o)s no exercício da sua missão e fazer com que toda(o)s se sintam implicada(o)s.

Amadeu Batel

Mostra perplexidade pelo facto do representante eleito do Conselho Nacional de Educação, ainda passado tanto tempo, não foram dados passos concretos para efetivar-se a tomada de posse do conselheiro indigitado. As comissões temáticas não funcionam como deveriam e propõe que se suspendam. As Comissões temáticas não produziram quaisquer relatórios e estudos como está previsto na Lei. Sendo assim as verbas afetadas para o seu funcionamento devem ser transferidas para as secções e sub-secções locais.

Luísa Semedo

Refere que é também possível fazer apelo a outra(o)s Conselheira(o)s que neste momento não fazem parte de nenhuma Comissão Temática ou Conselho Permanente e que estariam talvez interessada(o)s em ser mais ativa(o)s. E refere que as Comissões temáticas são pertinentes para se poder ter uma visão global de certas matérias mas não estão neste momento operativas.

Rogério Oliveira

Desde 1980-1982 que no CCP já se falava das mesmas problemáticas que debatemos hoje, não há dinheiro para nada, devemos lutar pelo financiamento deste órgão, e refere que a comunicação social ignora o CCP.

Raul Lopes

A comunicação social ignora o CCP mas o facto é que o CCP também não tem estratégia de comunicação sobre o que é feito, e deve ser denunciado os convites que dirigimos e aos quais não foram dados resposta e realçar as presenças.

Alfredo Stoffel

Defende que é uma indelicadeza e um irrespeito não haver pelo menos uma resposta, mesmo que seja para dizer que não se pode estar presente.

Intervenção do Sr. Deputado Carlos Gonçalves

Felicita a nova direção. Justifica a não resposta ao convite ao Grupo Parlamentar do PSD por terem havido eleições internas e não houve disponibilidade. Envia cumprimentos do deputado José Cesário e defende que todos os grupos parlamentares deveriam estar presentes. Relembra os direitos da(o)s Conselheira(o)s no artigo 29 c) reunir semestralmente com os titulares das missões diplomáticas e dos postos consulares e d) reunir, pelo menos uma vez por ano na Embaixada de Portugal com os técnicos e diplomatas do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diz não ser muito a favor dos Conselhos Consultivos e que os Conselheiros podem participar. E relembra a diferença entre os membros do Conselho Consultivo que foram nomeados e os do Conselho das Comunidades Portuguesas que foram eleitos e têm, portanto, legitimidade democrática. É necessário que o órgão seja considerado e não pode ser conforme as preferências do Cônsul. Defende que o CRE deveria reunir noutra espaço, obrigando assim os grupos parlamentares a estarem mais atentos ao que se passa e também a comunicação social.

Alfredo Stoffel

Defende haver deficiência na forma como o CCP é apresentado e que o que falta é o financiamento. Mesmo que a(o)s Conselheira(o)s queiram reunir com os representantes diplomáticos não há verbas para essas deslocações e é também necessário haverem orientações para que os diplomatas no estrangeiro cumpram as intenções que estão por detrás da lei, e não tratem o CCP como um apêndice que se deve eliminar.

Deputado Carlos Gonçalves

A última alteração à lei do CCP teve um alargado consenso mas a lei de facto não é aplicada, com a inclusão das Comissões temáticas já se sabia que isso teria um custo alargado. Em 2005

quando era Secretário de Estado, o orçamento era de 230 mil euros. Não é aceitável a comunicação social não estar presente. É necessário ouvir os problemas das pessoas, da emigração pouco qualificada.

Amadeu Batel

Refere que foi enviada uma carta com o objetivo de serem confrontados, para haver uma cultura de escrutínio que nunca foi posta em prática, uma política de reconhecimento das Comunidades, do Portugal Global, uma rutura com a atitude paternalista, a discussão sobre matérias estruturantes.

A tutela não deve estar no MNE, mas no Ministério da Presidência. Os decisores políticos devem dar a cara e serem confrontados. Passam o ónus para o corpo diplomático, mas não são eles que tomam as decisões. A retórica tem sido a mesma quer do PS quer do PSD para as Comunidades. O PSD, por exemplo, não tem programa nem uma política dirigida para as Comunidades

Intervenção do Sr. Embaixador Júlio Vilela, diretor-geral da DGACCP

Saúda os presentes e vem sobretudo ouvir.

Manuel Cardia Lima

Problema da existência dos Conselhos Consultivos sem a(o)s Conselheira(o)s.

Raul Lopes

Novo regulamento de atribuição de subvenções às associações muito burocrático.

Luísa Semedo

Novo regulamento de atribuição de subvenções às associações muito burocrático, com linguagem demasiado técnica, dificuldade para muitas associações de fazerem o pedido.

António Cunha

Problema com os registos de nascimento no Reino Unido porque obrigatoriedade do pai estar presente. Há várias pessoas a chegarem da Venezuela e têm problemas com os seus documentos da Venezuela para poderem provar a sua nacionalidade portuguesa.

Iolanda Banu Viegas

Gabinete de apoio não vai além de Manchester. O acesso à língua portuguesa é muito burocrático.

Rogério Oliveira

Problema de financiamento do CCP. Problema do reconhecimento dos diplomas portugueses no estrangeiro. Comunicação social não se interessa pelo CCP.

David Borges

Problemas com presença consular em Andorra, só com um funcionário.

Embaixador Júlio Vilela, diretor geral DGACCP

Lei do CCP as autoridades devem colaborar com o CCP. Subsídios para as associações correram bem, não houve dificuldades pois houve um número mais elevado de candidaturas. O orçamento global é de 300 mil euros sujeito a corretivo. As pessoas que vêm da Venezuela podem solicitar um registo de nascimento e obtêm assim um documento oficial português.

Luísa Semedo

Responde que em relação aos subsídios às associações não se pode tomar como referência o número de candidaturas visto já não ser possível apresentar como projeto o plano de atividades anual e que, portanto, muitas associações foram obrigadas a multiplicar o número de candidaturas e que para obtermos resultados fidedignos a comparação deveria ser feita entre o número de associações que se candidataram este ano com os outros anos.

Embaixador Júlio Vilela, diretor geral DGACCP

Diz que essa contagem ainda não foi feita.

Após discussão, é decidido por unanimidade que o Conselheiro Alfredo Stoffel substitui o ex-Conselheiro Custódio Portásio, do qual era o suplente, na Comissão temática sobre o Ensino do Português, Cultura, Associativismo e da Comunicação Social.

Os Conselheiros António Cunha e David Borges, propõem uma moção de repúdio por desconsideração ao deputado Paulo Pisco. Após discussão, e sem consenso, não foi dado seguimento à moção de repúdio por parte do Conselho Regional da Europa.

Encerramento dos trabalhos.

Presidente

Alfredo Stoffel

Secretária (em substituição de Sónia Oliveira)

Luísa Semedo



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

- CONSELHO REGIONAL DA EUROPA -

Segunda reunião ordinária do Conselho Regional da Europa das Comunidades Portuguesas

05.03 – 06.03.2018

Lisboa - Ministério dos Negócios Estrangeiros

Proposta de ORDEM de TRABALHO

09H30 Início dos trabalhos

Sessão de abertura

- Presidente do CRE – Balanço do PAC 2017 - 2019
- SECP / DGACCP

10H30 Avaliação do trabalho desenvolvido no Conselho Permanente e apresentação de propostas a apresentar na reunião anual de maio

Avaliação do trabalho nas Comissões Temáticas e propostas a apresentar na próxima reunião com data a designar: Que estudos e pareceres devem ser priorizados?

11.30 Apresentação do projeto "ESTATUTO do CONSELHEIRO" pelos membros da Comissão Temática das **"Questões consulares e da participação cívica e política"**

Leitura e discussão da proposta. Votação texto final pelo CRECP .

12H30 - intervalo para almoço

14H00 - Avaliação das políticas dirigidas às Comunidades pelo do XXI Governo Constitucional

- Avaliação das políticas para as comunidades nos programas dos outros partidos políticos com assento parlamentar

- Qual a visão política para as Comunidades Portuguesas?: Análise e discussão –

- convites foram endereçados a membros do Governo, da Presidência da República, da Assembleia da República e dos partidos políticos (os temas serão apresentados na ordem das confirmações dadas pelas entidades convidadas)

18H00 Encerramento dos trabalhos do primeiro dia

Observação / nota informativa

Foram endereçados convites ás seguintes personalidades:

- 1) MNE Dr. Augusto Santos Silva
- 2) SECP Dr. José Luis Carneiro
- 3) Ministra da Presidencia Dra. Maria Leitão Marques
- 4) Ministro da Cultura Dr. Luis de Castro Mendes
- 5) SE para a Cidadania e Igualdade Dra. Rosa Monteiro
- 6) SE da Educação Dr. João Costa
- 7) Casa Cível do Presidente da República
- 8) Assessora do Presidente da República para as Comunidades
- 9) Deputado Carlos Gonçalves
- 10) Deputado Paulo Pisco
- 11) Grupos Parlamentares
- 12) Prof Dr Rui Pena Pires Obsevatório da Emigração



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

- CONSELHO REGIONAL DA EUROPA -

2º dia - Terça-feira, 06 de Março de 2018

09H30 - Avaliação das políticas dirigidas às Comunidades pelo do XXI Governo Constitucional

- Avaliação das políticas para as comunidades nos programas dos outros partidos políticos com assento parlamentar

- Qual a visão política para as Comunidades Portuguesas?: Análise e discussão –

- convites foram endereçados a membros do Governo, da Presidência da República, da Assembleia da República e dos partidos políticos (os temas serão apresentados na ordem das confirmações dadas pelas entidades convidadas)

12H30 - intervalo para almoço

14H00 Continuação do programa da manhã

- convites foram endereçados a membros do Governo, da Presidência da República, da Assembleia da República e dos partidos políticos (os temas serão apresentados na ordem das confirmações dadas pelas entidades convidadas)

16H00 Intervalo

16H30 Eleição do presidente e secretário do Conselho Regional da Europa

- nos termos da Lei n° 66-A / 2007, de 11 de dezembro, alterada pela Lei n° 29/2015 de 16 de abril -

17H30 Encerramento dos trabalhos do segundo dia

Observação / nota informativa

Foram endereçados convites às seguintes entidades e personalidades:

- 1) MNE Prof. Dr. Augusto Santos Silva
- 2) SECP Dr. José Luís Carneiro
- 3) Ministra da Presidência Dra. Maria Leitão Marques
- 4) Ministro da Cultura Dr. Luís de Castro Mendes
- 5) SE para a Cidadania e Igualdade Dra. Rosa Monteiro
- 6) SE da Educação Dr. João Costa
- 7) Casa Civil do Presidente da República
- 8) Assessora do Presidente da República para as Comunidades
- 9) Deputado Carlos Gonçalves
- 10) Deputado Paulo Pisco
- 11) Grupos Parlamentares
- 12) Prof Dr. Rui Pena Pires Observatório da Emigração



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

- CONSELHO REGIONAL DA EUROPA -

Sassnitz, Alemanha, 13 de Fevereiro de
2018

Exmo Senhor

Prof. Doutor Augusto Santos Silva

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Exmo Senhor

Dr. José Luís Carneiro

Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Excelências

Vimos, pela presente, solicitar a Vossa participação numa reunião com o Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa por ocasião do seu encontro anual a realizar em Lisboa nos dias 5 e 6 de março no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A reunião solicitada poderá ser agendada para a tarde de 5 ou durante todo o dia 6 de Março.

Exposição de motivos

O Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa tem a responsabilidade de fazer cumprir os objetivos enunciados na Plataforma de Ação Comum (PAC) e, por conseguinte, o dever de escrutinar os principais responsáveis no atual Governo da República pelos objetivos plasmados no Programa do Governo (Um Portugal Global):

Pergunta-se, pois, como articular estratégias ,objetivos e medidas enunciadas em *Continuar Portugal nas Comunidades* adentre da política externa com as estratégias, objetivos e medidas traçadas em *Promover a Língua Portuguesa e a Cidadania Lusófona*, em particular na definição

de uma estratégia para consolidar o português no mundo visando a defesa das cultura e identidade portuguesas nas comunidades portuguesas e o reforço de uma ligação afetiva e efetiva à nossa Pátria comum.

Importa, assim relevar ainda em *Continuar Portugal nas Comunidades*: “(...) também por isto, o papel das comunidades não deve ser encarado como uma questão subalterna quando se pensa na governação de Portugal. (...). É certo, todavia, que os portugueses no estrangeiro necessitam de **reconhecimento, não de paternalismos**. (...). Importa pois, **fazer uma rutura com as políticas para as comunidades do passado**(...)”

Neste contexto, importa salientar declarações recentemente proferidas e assumidas publicamente por Vossas Excelências, dois dos principais responsáveis pela governação na área das políticas para as comunidades:

“A diáspora está no centro das Políticas do Ministério dos Negócios Estrangeiros”. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva diz ter uma política diferente dos seus antecessores ao “deliberadamente colocar a diáspora e as comunidades no centro da política do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *“Declaração proferida no parlamento durante audição conjunta pelas comissões parlamentares de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas”*

“O Conselho das Comunidades Portuguesas é, para o Governo, uma importante instância de diálogo, sempre constante, com as comunidades de portugueses dispersos pelo Mundo.”

“Porque entendemos que o CCP é peça fundamental no diálogo e intervenção nas Comunidades Portuguesas, continuaremos a dar todo o apoio possível ao nível da organização e funcionamento.”

*“Agora, mais do que nunca, as comunidades portuguesas assumem um papel determinante para a consolidação e afirmação de Portugal no Mundo, sabemos que podemos continuar a contar com a vossa empenhada defesa e apoio dos valores que regem a nossa comunidade, que **assume como primordial a defesa da Língua e Cultura Portuguesas.**” J.L. Carneiro, mensagem Boas Festas 2018 ao CCP.”*

Sendo assim o Conselho Regional da Europa (CRE) confrontado com as declarações de Vossas Excelências conclui que se consolida ,na sua relação com os portugueses no estrangeiro ,o primado do paternalismo e não o do reconhecimento ,visto os órgãos do CCP continuarem desprovidos de meios para funcionar de forma autónoma e excluídos de participar em qualquer consulta/diálogo sobre as políticas do Governo , vigorando uma grande dissonância entre a retórica e as práticas políticas, não havendo, por conseguinte, qualquer rutura com as políticas do passado.

Proposta programática para a reunião

O CRE entende que o reconhecimento do CCP enquanto “importante instância de diálogo sempre constante com as comunidades portuguesas “ e uma rutura com as políticas do passado impõe:

- Uma relação dialógica com as comunidades portuguesas na Europa assente numa cultura de escrutínio às políticas dirigidas aos portugueses não residentes (Continuar Portugal nas Comunidades e Grandes Opção do Plano);

- Redefinição da tutela: as políticas de língua, educação, cultura, identidade, participação política e cívica e outras dirigidas a portugueses não residentes, não são da competência e atribuições do MNE mas de outros ministérios;

Sendo assim, propõe-se a mudança de tutela para a Presidência do Conselho de ministros (secretaria própria);

- A definição de uma política de língua(materna/herança) com a adoção de uma Lei-quadro de direitos linguísticos;

- Definição de uma política educativa assente numa planificação linguística do ensino infantil ao secundário , programas curriculares, formação inicial e contínua de docentes, investigação científica e didática com o desenvolvimento de materiais didáticos adequados; (o EPE não pode ser unicamente uma questão de oferta de cursos e modalidades de ensino fundamentalmente centrado no Ensino de Português como Língua estrangeira);

- A revogação do decreto-lei que determina cobrança da propina. O desmascarar da importância da certificação e do tratamento de nacionais como cidadãos estrangeiros;

- A definição uma política cultural (ação cultural externa inclusiva das comunidades), apoio ao movimento associativo na diáspora visando a conservação e desenvolvimento dos valores étnico-culturais portugueses e a criação de novos projetos identitários ligados a Portugal; ações formativas de um novo dirigismo associativo e novas formas de organização associativa na diáspora;

- A participação política e cívica: recenseamento automático e uma Lei eleitoral não discriminatória dos portugueses residentes no estrangeiro (condição comprovativa de ligação a Portugal e modalidades de voto). Importante motivar os portugueses e lusodescendentes a um projeto de vida ligado também a Portugal para combater o absentismo.

- A situação dos 1,5 milhões de portugueses na Europa, o projeto societário europeu, o racismo, a xenofobia, a discriminação estrutural de que são alvo as portuguesas e os portugueses residentes no espaço europeu e como pode o Estado português defender os seus direitos?

Certo que esta iniciativa será bem acolhida por parte de V.Exas no sentido de se criar um diálogo pertinente e profícuo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiro e este o órgão representativo dos portugueses na Europa, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Alfredo Stoffel

Presidente do CRE

Contacto email: alfredo.stoffel@gmx.de



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

- CONSELHO REGIONAL DA EUROPA -

Sassnitz, Alemanha, 16 de Fevereiro de
2018

Exma. Senhora Ministra da Presidencia Dra. Maria Leitão Marques

Exmo. Senhor Ministro da Cultura Dr. Luis de Castro Menedes

Exma. Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade Dra. Rosa Monteiro

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Educação Dr. João Costa

Casa Cível do Presidente da República

Exma. Senhora Assessora do Presidente da República para as Comunidades

Dra. Maria João Ruela

Exmo. Senhor Deputado Carlos Gonçalves

Exmo. Senhor Deputado Paulo Pisco

Grupos Parlamentares

Exmo. Senhor Prof. Dr. Rui Pena Pires - Observatório da Emigração

Excelências

Vimos, pela presente, convidar V. exas. a participar numa reunião com o Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa por ocasião do seu encontro anual a realizar em Lisboa nos dias 5 e 6 de março no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A reunião solicitada poderá ser agendada para a **tarde de 5 ou durante todo o dia 6 de Março**; considerando que a agenda de V. exas. poderá estar bem preenchida, agradecia que, para podermos coordenar a calendarização (individual ou em grupo) de modo mais eficiente, nos informassem sobre o dia e qual o tempo que podem disponibilizar para este encontro.

Proposta temática para a reunião

- *O Relacionamento do Estado Português e do Governo da República com as Comunidades Portuguesas na Europa*
- *A diplomacia, a participação cívica, a política de Língua e Cultura, o sistema de segurança social e fiscal*

Certo que esta iniciativa será bem acolhida por parte de V.Exas no sentido de se criar um diálogo pertinente e profícuo com o órgão representativo dos portugueses na Europa, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Alfredo Stoffel

Presidente do CRE

Contacto email: alfredo.stoffel@gmx.de



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

- CONSELHO REGIONAL DA EUROPA -

Sassnitz, Alemanha, 26 de Fevereiro de
2018

Exmo. Senhor Diretor Geral da DGACCP

Embaixador Dr. Júlio Vilela

Exmo. Senhor Presidente do Camões IP Embaixador

Dr. Luis Faro Ramos

Excelências

Vimos, pela presente, convidar V.exas. a participar numa reunião com o Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa por ocasião do seu encontro anual a realizar em Lisboa nos dias 5 e 6 de março no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A reunião solicitada poderá ser agendada para a **tarde de 5 ou durante todo o dia 6 de Março**; considerando que a agenda de V.exas. poderá estar bem preenchida, agradecia que, para podermos coordenar a calendarização (individual ou em grupo) de modo mais eficiente, nos informassem sobre o dia e qual o tempo que podem disponibilizar para este encontro.

Proposta temática para a reunião

- *O Relacionamento do Estado Português e do Governo da República com as Comunidades Portuguesas na Europa*
- *A diplomacia, a participação cívica, a política de Língua e Cultura, o sistema de segurança social e fiscal*

Certo que esta iniciativa será bem acolhida por parte de V.Exas no sentido de se criar um diálogo pertinente e profícuo com o órgão representativo dos portugueses na Europa, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Alfredo Stoffel

Presidente do CRE

Contacto email: alfredo.stoffel@gmx.de



Conselho Regional da Europa das Comunidades Portuguesas (CRECP)

PLATAFORMA DE ACÇÃO PARA O TRIÉNIO (PAC) 2017-2019

1. Introdução
2. Uma Plataforma de Acção para as Comunidades Portuguesas na Europa
 - 2.1 Princípios e Objectivos Estratégicos: A Europa, que projecto societário?
3. Objectivos Programáticos
 - 3.1 A relação entre o Estado e as Comunidades Portuguesas na diáspora
 - 3.2 Uma nova política de reconhecimento das Comunidades Portuguesas
4. Língua, Educação, Cultura e Identidade
 - 4.1 Uma Nova Política de Língua
 - 4.2 Uma Nova Política de Ensino da Língua e Cultura Portuguesas
 - 4.3 Uma Nova política de Cultura e Identidade
5. Participação política e cidadania plena
6. Igualdade de direitos sociais e económicos
7. Aproveitamento do potencial económico das comunidades
8. Responsabilidade pela Concretização dos Objectivos Estratégico-programáticos
9. Relatórios de Actividades e Avaliação
10. Observações Finais

1. Introdução

O PAC é a Plataforma de Acção Comum para as Comunidades Portuguesas na Europa que deverá desenvolver as suas actividades e acção no âmbito de uma intervenção que assenta numa estrutura organizativa parametrizada por princípios e objectivos estratégicos e programáticos englobando áreas de Coordenação temáticas

- 1) Relações entre o Estado e as Comunidades Portuguesas na diáspora
- 2) Língua, Cultura e Identidade ,
- 3) Participação política e cidadania plena ,
- 4) Igualdade de Direitos sociais e económicos,
- 5) Aproveitamento do potencial económico das comunidades.

Os objectivos estratégicos e programáticos são definidos em consonância com uma visão global societária das comunidades portuguesas na Europa.

No seu enquadramento legal ” *O Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa é também um órgão consultivo do Governo para as políticas relativas às comunidades portuguesas e representativo das organizações não governamentais de portugueses na Europa com ”competência para se pronunciar sobre matérias relacionadas com as comunidades portuguesas na sua área geográfica.” como se destaca na alínea c) do Artigo 39.C da Lei do CCP.*

Sendo assim, é pertinente e necessária a participação e contribuição do CRECP na definição, não só de uma política global, mas também de políticas específicas relativas às diversas comunidades na Europa em rigorosa observância pelos objectivos traçados pelo CP do CCP no plenário mundial de 2016:

- Dar visibilidade às questões das comunidades numa perspetiva global ,
- A plena inclusão política, social, cultural e identitária. Todos somos portugueses,
- órgão autónomo, apolítico mas não apolítico,
- Reencontro de Portugal com os portugueses independentemente do local de residência,
- Reconhecimento do Conselho (CCP) como órgão representativo das Comunidades.

(Nota: No plenário não foi aprovado qualquer Plano de Acção)

O PAC cita os objetivos plasmados e as políticas enunciadas no Programa do XXI Governo constitucional (Um Portugal Global): como articular estratégias ,

políticas, objetivos e medidas enunciadas em *Continuar Portugal nas Comunidades* com as estratégias, políticas, objetivos e medidas traçadas em *Promover a Língua Portuguesa e a Cidadania Lusófona*, em particular, a definição de uma estratégia para consolidar o português no mundo (**GOPs 2016-2019**)

(...)”Sendo a Língua Portuguesa um dos grandes ativos de Portugal e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, é importante reconhecê-la como um fator de identidade e como uma mais-valia cultural, científica, política e económica. Assim a valorização da Língua Portuguesa assume-se como uma estratégia que envolve todo o Governo , devendo abranger diferentes áreas como a cidadania, a cultura, o ensino e o **património.**” (GOPS 2016-2019:Portugal Global, p.118)

Políticas para as comunidades portuguesas no estrangeiro

No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:

“A afirmação da Língua Portuguesa enquanto **fator de identidade** e mais-valia cultural, científica , política é um dos desígnios deste Governo na sua ação externa. Associada está também a definição de uma estratégia conjunta em consolidar o português no mundo” (GOPS 2016-2019:Portugal Global, p.120).

(...) Assim e que no respeito ao vetor das comunidades portuguesas no estrangeiro, o Governo tem como principais linhas de actuação as seguintes:

- Facilitar a ligação de portugueses residentes no estrangeiro às entidades públicas nacionais;
- Potenciar o exercício da cidadania e a representatividade das comunidades;
- Reforçar a solidariedade para com as Comunidades;
- Manter vivas a cultura, as artes e a memória portuguesas; e
- Dinamizar a rede associativa e a juventude. (GOPS 2016-2019:Portugal Global, p.118)

Em **Continuar Portugal nas Comunidades Portuguesas** o Governo releva(,,)

“ *Importa não esquecer que, mesmo lá fora, estes compatriotas estão a ajudar a construir e a fazer avançar Portugal. Não só prestigiam o seu país pelo trabalho que desenvolvem, como igualmente contribuem, de forma considerável para o PIB nacional. Também por isto, o papel das comunidades não deve ser encarado como uma questão subalterna quando se pensa na governação de Portugal.*

*(...) É certo, todavia, que os portugueses no estrangeiro necessitam de **reconhecimento** , não de paternalismos. As comunidades precisam de ser verdadeiramente apreendidas em toda a sua diversidade e especificidade e não serem minorizadas pelos clichés que ainda perduram. Os emigrantes portugueses no mundo são os melhores embaixadores de Portugal, pelo que valorizando essa diáspora está-se automaticamente a valorizar Portugal.*

***Importa, pois, fazer uma rutura com as políticas para as comunidades do passado.** Para concretizar esta rutura será necessário promover os recursos transnacionais, modernizar a ligação entre as instituições portuguesas e a diáspora, investir no intercâmbio económico, social, educativo e cultural, bem como, em permanência, vincar a importância e amplificar o papel das comunidades portuguesas no mundo: São estes , em suma, os vetores que o governo assumirá no que toca à relação com as comunidades (pp256-257).*

2. Uma Plataforma de Acção Comum para as Comunidades Portuguesas na Europa.

2.1 Princípios e Objectivos Estratégicos. A Europa : que projeto societário?

Enquadramento

Vivemos e actuamos num tempo de grandes processos de transformação social na Europa e no Mundo. A desigualdade estrutural tem-se aprofundado com o avanço do processo de globalização e da tentativa de concretização da utopia neoliberal. O modelo neoliberal tem conduzido ao desmantelamento do Estado Social e à degradação dos direitos sociais, económicos, culturais, linguísticos e identitários dos migrantes e das minorias étnicas nas quais se incluem os portugueses e as várias gerações de luso-descendentes.

O processo de globalização não contribuiu para a realização material dos direitos humanos universais para todos os cidadãos e, muito em particular, para a definição de políticas de reconhecimento dos migrantes e das minorias étnicas.

Assistimos, com enorme preocupação, ao encerramento das fronteiras para pessoas que procuram asilo e melhores condições de vida, ao mesmo tempo, que no espaço europeu recrudescem o ultra- nacionalismo, a xenofobia, o racismo e outras formas de intolerância.

No atual contexto socio-político os direitos fundamentais associados aos migrantes e minorias étnicas caem sempre em saco roto e, apesar de não serem expressivamente negados, usam-se de forma abusiva os conceitos de multicultural,

multietnicidade, multilinguismo, diversidade, pluralismo e tolerância para justificar as graves e crescentes desigualdades sociais, económicas, culturais, linguísticas e identitárias.

Isto é no mínimo estranho e singular, numa altura em que em toda a Europa: dos países nórdicos ao Benelux, passando pela França, Alemanha, Suíça, Reino Unido, Grécia e países de Leste terem declarado o multiculturalismo e a política multicultural como um capítulo encerrado, assumindo a defesa de um modelo societário onde o Estado – Nação exclui o direito às diferenças étnico-culturais. O neoliberalismo e neoconservadorismo xenófobo e racista varre e ataca tudo aquilo que durante decénios foi para a Europa o património ideológico: o pluralismo cultural e linguístico, a diversidade e o direito à diferença. Os portugueses de várias gerações, na Europa e não só, são também vítimas destas novas práticas políticas.

A Europa caracteriza-se hoje pelo recrudescimento e as ameaças da extrema direita ultra-nacionalista, xenófoba e racista: consequências directas na defesa de direitos e garantias numa perspectiva de combate às assimetrias socioeconómicas (à exclusão social), igualdade de género e etnicidade (direitos linguísticos, culturais e identitários).

O fracasso das políticas de integração (integração normativa) na Europa visa a assimilação como objectivo político dos Estados nacionais. A homogeneidade linguística e cultural (integração total na cultura dos países de residência); a reprodução de assimetrias sociais e económicas geradoras de enorme exclusão e segregação dos trabalhadores e das minorias levam-nos a colocar a seguinte questão?

Que alternativas às políticas de integração numa Europa multilingue, multiétnica, multicultural, solidária e de políticas que promovam a coesão social?

Para o CRECP quaisquer das alternativas têm de repousar na percepção que as comunidades portuguesas na Europa- ou parte delas- tenham de valores como língua, cultura, nação e etnia.

Além disso, segundo o CRECP o que o Governo português deveria privilegiar, conhecendo a experiência histórica das sociedades de acolhimento de práticas de homogeneização linguística e cultural e de intolerância face às opções identitárias do Outro, são as acções que defendam a luta contra a inevitabilidade da integração cultural/assimilação através de redefinir e reformular os objectivos estratégicos enunciados por outros que defendam a língua, cultura e identidade portuguesas nos países de acolhimento. Tal só será possível através de objectivos estratégicos que visem a edificação na Europa de sociedades multiculturais e plurilingues onde

o direito à opção linguístico-cultural e identitária dos luso-descendentes seja respeitada como um dos mais fundamentais dos seus direitos humanos.

O CRECP pensa que é pertinente trabalhar-se para a edificação de sociedades multiculturais, multiétnicas e multilingues numa Europa verdadeiramente multicultural onde os direitos linguísticos, educacionais, culturais e identitários dos portugueses e luso-descendentes sejam salvaguardados. A visão do modelo societário do CRCPE está consubstanciada na aceitação dos nossos valores étnico-culturais e na rejeição de toda e qualquer política de assimilação.

No seu Programa o Governo tenta refundar os projetos fundadores da CPLP: projeto linguístico-cultural e projeto político económico. No meio disto tudo, tenta associar /envolver as comunidades, não clarificando qual o seu papel nesses projetos.

Tenta-se, desta maneira, criar/construir uma identidade lusófona(cidadania lusófona/cartão de cidadão lusófono) ao mesmo tempo que se pretende, implicitamente, desconstruir/destruir a identidade portuguesa nas comunidades.

Segundo o CRCPE o que se deveria privilegiar, conhecendo a experiência histórica das sociedades de acolhimento de práticas de discriminações estrutural e institucional e de intolerância face às opções e aos direitos sociais, económicos, culturais e políticos das minorias imigradas/étnicas, são as acções que defendam a adopção de políticas de política geral que na prática sejam de diversidade e cujos valores prevaletentes assentem no reconhecimento da identidade e dos interesses particulares dos portugueses e luso-descendentes.

3. Objectivos Programáticos

3.1 A relação entre o Estado e as Comunidades portuguesas na diáspora

O Governo nas Grandes Opções do Plano para 2017(cap.2 Portugal no mundo)afirma “ *Inquestionáveis são também a continuação do estreitamento da ligação às comunidades portuguesas e a valorização da diáspora portuguesa , nos mais variados eixos de atuação*”.

Mais adiante no capítulo dedicado a “*Um Portugal Global*” destaca a ambição de “ *Serem promovidas e apoiadas as atividades do Conselho das Comunidades Portuguesas (...)*”.

O CRECP entende que uma rutura com as políticas do passado pressupõe o reconhecimento das comunidades portuguesas, reconhecimento esse que continua ausente das práticas políticas deste e de anteriores governos.

Os vários governos da República têm-se evidenciado pela institucionalização de práticas discriminatórias no seu relacionamento com as comunidades portuguesas e, em particular, com o seu órgão representativo, o CCP. Mais grave ainda tem sido a permanente existência de uma discriminação estrutural sustentada numa pressuposta relação antagónica de interesses entre NÓS, os portugueses residentes, e ELES, os não-residentes, a espaços esbatida no falso discurso institucional do reencontro com a diáspora. Esta prática discursiva, sobretudo, durante a última década, filia-se numa grandiloquência retórica e evidência uma falta de visão estratégica quanto à necessidade de construir uma relação sustentada entre um Todo nacional e da noção de Portugal como uma Pátria de Comunidades.

3.2 Reconhecimento das Comunidades Portuguesas assente nos seguintes eixos de actuação:

- O reconhecimento das comunidades portuguesas como um vector estratégico para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo;
- A defesa da coesão nacional, inclusiva e de verdadeira igualdade para com os portugueses residentes fora do país;
- A verdadeira valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas como órgão representativo dos portugueses na diáspora;
- A afectação de recursos financeiros para o funcionamento dos órgãos eleitos na Europa e nas outras regiões visando a sua autonomia;
- Dar corpo a uma ideia de reconstrução nacional em que a diáspora portuguesa na Europa e no Mundo seja ínsita como parte de patrimónios linguístico, cultural e identitário comuns;
- Repensar a responsabilidade das tutelas das políticas dirigidas à diáspora. O MNE com uma vocação orientada para as diplomacias económica e cultural baliza objetivos desinseridos de eixos de atuação vitais na defesa dos interesses dos portugueses da diáspora. Entedemos que as políticas dirigidas às Comunidades devia ser tutelada pela Presidência do Conselho de Ministros

4. Língua, Cultura e Identidade

Esta área de Coordenação temática integra três grandes domínios: Uma Nova Política de Língua ; Uma Nova Política de Ensino da Língua e Cultura Portuguesas; Uma Nova Política de Cultura e Identidade.

4.1 Uma Nova Política de Língua

Importa salientar, no quadro destes objetivos, a inconsistência discursiva e a falta de um pensamento estratégico que , nos últimos anos , têm caracterizado as orientações dos Governos em matérias ligadas às políticas de língua, ensino, cultura e identidade dirigidas aos portugueses no estrangeiro/ luso-descendência, assim como o incumprimento das suas responsabilidades constitucionais, em particular, a desvalorização do português como língua materna e identitária face ao português como língua não materna.

O Governo tem , pois, como primeira prioridade a promoção da língua portuguesa como língua internacional (= estrangeira) nos sistemas de ensino dos países de acolhimento . Uma outra prioridade é ensino de português à distância para crianças e jovens portugueses de mobilidade recente visando o seu possível regresso (Portugal mais perto). Estas prioridades estão longe da enunciada rutura com as políticas do passado como vem confirmado nos objetivos propostos na Resolução n.º 16/2017 aprovada em 6 de janeiro na Assembleia da República.

O actual Governo na linha dos anteriores continua a insistir numa política linguística e educativa orientada para a mudança linguística logo na segunda geração. O enunciado constitucional imporia a opção por uma política de defesa e preservação do português como língua materna/identitária ou língua de herança (se definida como língua de socialização primária das crianças no espaço familiar) e, conseqüentemente uma política educativa assente numa planificação linguística (modalidades de ensino do pré-escolar ao ano terminal do secundário) que permitisse essa preservação e travasse o processo de assimilação linguística e de total integração cultural dos luso-descendentes nos países de residência.

Neste contexto torna-se pertinente retomar uma questão central , ou seja , “a necessidade do Estado português definir políticas de língua dentro e fora de Portugal”. Esta definição assentaria em quatro ou cinco linhas mestras no respeitante a direitos linguísticos e na aprovação de uma Lei-Quadro para as línguas que consolidasse esses direitos.

A língua materna não é só um instrumento fundamental para a comunicação e desenvolvimento intelectual de um indivíduo. É também a chave da herança identitária de qualquer ser humano. Daí a importância da língua materna dos luso-descendentes ser juridicamente reconhecida como língua minoritária nos países de acolhimento e os seus direitos linguístico-educativos igualmente reconhecidos como já o são pelo Governo português no artigo 28.º da Lei de bases da Educação.

O Governo não sabe, nem quer distinguir entre as políticas de língua, ensino, cultura num contexto de internacionalização da língua portuguesa, a sua grande afirmação enquanto língua global, e as políticas de língua, ensino, cultura e **identidade** para as comunidades com objectivos muito diferenciados do actual

objectivo maior do Governo, que é o reconhecimento internacional da língua portuguesa e da internacionalização da cultura portuguesa no mundo.

Sendo assim o CRECP propõe em rutura com as políticas do passado (e do presente):

- - A definição de uma política de língua que promova a preservação e conservação da língua materna, herança/minoritária dos luso-descendentes e não uma política linguística direccionada para a mudança de língua logo na segunda geração. Nos Programas dos vários Governos não há qualquer referência a uma política linguística para a diáspora, o que é, no mínimo, surpreendente;
- Definir uma nova política de língua -dentro e fora de Portugal- onde se inclua o Português Língua Materna (PLM) para as crianças e jovens portugueses não residentes;
- Fazer aprovar uma Lei-Quadro para os direitos linguísticos em Portugal e em situação diaspórica;
- Introduzir modelos de planificação linguística numa perspectiva integral da evolução da Língua Portuguesa(LP) entre os luso-descendentes (desde 1 ano de idade até aos 19 anos, ano terminal do secundário);
- Manter, mas feitas as devidas distinções e prioridades, uma política de LP como língua segunda e Língua estrangeira.

4.2 Uma Nova Política de Ensino da Língua e Cultura Portuguesas

Os direitos linguístico- educacionais, especialmente o direito à língua materna nas escolas dos países de acolhimento, são dos mais importantes direitos humanos de qualquer minoria imigrada/étnica. Sem esses direitos na Escola os portugueses e os luso-descendentes não se poderão reproduzir como minoria bilingue, bicultural e serão inevitavelmente forçados à assimilação.

Havendo definido uma política de preservação linguística e determinado por uma planificação linguística numa perspectiva de um processo de aprendizagem continuado(1-19 anos de idade) o CRECP propõe, uma rutura com as políticas do passado/presente, visando a qualificação do Ensino de Língua e Cultura Portuguesa :

- - A definição de uma política educativa para as comunidades que promova os direitos educacionais dos luso-descendentes, norteadas por uma

planificação linguística que privilegie uma perspectiva integral da evolução da língua portuguesa em qualquer processo de aquisição e desenvolvimento da língua

- Introduzir na política de educação Novos objetivos educacionais que privilegiem a adopção de novos modelos de organização do processo de ensino/aprendizagem da LP nos ensinos infantil, básico e secundário dos países de acolhimento;
- Introduzir sempre que possível modelos de organização bilingue nos ensinos acima mencionados;
- Apoiar a criação de Escolas portuguesas com educação bilingue;
- Revogar a do decreto-lei que detremina a cobrança da propina;
- Revogar o QuaREPE (Quadro de referência para o EPE”
- Promover uma reforma dos programas de PLM ;
- Promover e apoiar a investigação da evolução da LP nas universidades e Escolas Superiores de Educação nos países de acolhimento;
- Promover e apoiar a formação inicial e contínua dos professores de PLM nos países de acolhimento;
- Promover e apoiar a avaliação do ensino de português : objetivos, modelos organizativos, qualificação dos docentes;
- Redefinir o quadro de responsabilidade e acção das Coordenações de Ensino no Estrangeiro;
- Definir um quadro legal que reconheça e valorize a acção das associações e comissões de pais e outras organizações vocacionadas para o ensino.

4.3 Uma Nova Política de Cultura e Identidade

As políticas desenvolvidas no eixo Língua, Cultura e Identidade têm como principal destinatário a juventude luso-descendente por constituir o referente insubstituível na prossecução de objectivos de afirmação futura da identidade portuguesa e do prolongamento de Portugal e da Língua e Cultura Portuguesas no mundo. É fundamental conquistar os luso-descendentes para o êxito de qualquer política global para as Comunidades Portuguesas.

A preservação da cultura e identidade portuguesas visando o prolongamento de Portugal, a defesa da portugalidade a partir de novas formas de cultura, imaginários e identidades fundamentadas na etnicidade portuguesa(identidades hifenizadas) exige, para além, dos objectivos enunciados nas políticas linguística e educativa, a criação de objectivos e estratégias inerentes a uma política cultural para as Comunidades e Luso-descendentes e que implica:

- Definir uma Política de Cultura e Identidade para as Comunidades bem distinta das políticas orientadas para a internacionalização da cultura portuguesa. Neste contexto o CRECP a não existência de qualquer rutura com as políticas do passado quando o governo no seu Programa de Ação externa(2017) para a promoção e divulgação da cultura portuguesa, coordenado pelos ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros, exclui qualquer referência às comunidades portuguesas.
- A definição de uma política cultural para as comunidades que vise o prolongamento de Portugal no mundo e a defesa dos seus valores étnicoculturais. Os programas dos vários Governos para a Cultura omitem integralmente quaisquer referências programáticas destinadas às comunidades portuguesas. Mais grave ainda parece ser a total ausência de objectivos inseridos numa política de identidade;
- Coordenar e desenvolver acções que promovam a presença da cultura portuguesa junto das Comunidades, nomeadamente, através de um Programa de Ação Cultural externa que reconheças as comunidades portuguesas Na Europa e no mundo como parte integrante dos patrimónios línguístico, cultural e identitário da Nação ;
- Educar os Portugueses residentes em Portugal sobre a existência das Comunidades e o seu importante papel na valorização da imagem de Portugal na Europa e no mundo ;
- Garantir um efectivo apoio às organizações de Luso-descendentes e a projectos de intercâmbio nos planos cultural, educativo, científico e profissional com o fim da juventude estreitar a sua relação com Portugal.
- Apoiar manifestações culturais que reforcem os laços entre as Comunidades portuguesas e Portugal através da apresentação de uma imagem real do Portugal hodierno ;

- Defender junto dos países de acolhimento a adopção, por parte destes, de políticas de diversidade linguístico-cultural que promovam e preservem a cultura e identidades portuguesa numa Europa multicultural.

Associativismo

- Reforçar o **movimento associativo** (associações, federações, movimentos culturais, associações de Jovens luso-descendentes, associações e comissões de mulheres portuguesas, associações empresariais) das Comunidades portuguesas enquanto espaço federador e socializador dos Portugueses na Diáspora e cumprindo funções de índole social, educativa, política, cultural e económica ;
- Reconhecer a vitalidade e o empenhamento do movimento associativo e o seu inestimável papel, na construção e circulação de velhas e novas formas de cultura portuguesa ;
- Coordenar efectivamente as acções dos Ministérios, Missões diplomáticas e instituições da Sociedade Civil intervenientes no processo de apoio ao movimento associativo.
- Deve-se reconhecer a crescente diversidade nos formatos organizativos das estruturas que agregam as comunidades portuguesas nos vários países europeus. A terminologia é um factor e , como tal, não deve ser restritivo e, conseqüentemente, indutor de aplicações parciais pelas autoridades portuguesas. A terminologia deve ser agnóstica tanto quanto possível, por forma a não excluir as extremamente diversas tipificações e enquadramentos legais nos vários países de acolhimento.
- Promover a criação da figura do « mecenato para as comunidades » visando permitir o apoio do sector privado a estruturas das Comunidades Portuguesas, desde que estas últimas estejam devidamente registadas na DGACCP.

Comunicação social

Numa política cultural para as Comunidades é necessário o Estado definir objectivos e criar estratégias que impliquem:

- Fortalecer o apoio aos órgãos de comunicação social em Português nos países de acolhimento ;

- Reformular a produção e orientação programáticas das RDPi e RTPi em função das necessidades, interesses e particularidades das Comunidades portuguesas e defender o seu acesso através dos circuitos de distribuição normal vigentes em cada país de residência ; a RTP tem que apostar em novas formas de distribuição de conteúdos e de canais ;
- Defender junto dos países de residência e dentro de uma política de diversidade o apoio à presença do Português nos meios de comunicação social ;
- Reforçar e dinamizar acções nos media nacionais que promovam uma imagem multifacetada e dinâmica das Comunidades portuguesas.

Juventude

As políticas desenvolvidas no eixo Língua, Cultura e Identidade têm como principal destinatário a juventude luso-descendente por constituir o referente insubstituível na prossecução de objectivos de afirmação futura da identidade portuguesa e do prolongamento de Portugal e da Língua e Cultura Portuguesas no mundo. É fundamental conquistar os Luso-descendentes para o êxito de qualquer política global para as Comunidades Portuguesas o que, por sua vez implica:

- Definir uma nova política cultural direccionada aos jovens luso-descendentes;
- Determinar objectivamente prioridades e afectação de recursos ao movimento associativo dos Jovens luso-descendentes e a todas as instituições portuguesas que promovam e coordenem acções ligadas à juventude.

5. Participação política e cidadania plena

Uma condição fundamental em qualquer sociedade democrática, multicultural respeitadora de princípios defensores do pluralismo, diversidade e igualdade é a de todos os indivíduos e grupos (Portugueses e Luso-descendentes) se sintam sujeitos activos, cúmplices e influentes nos processos decisórios a todos os níveis societários. A prossecução de políticas para a cidadania cumpridora dos princípios acima enunciados só é viável se a esses indivíduos e grupos for facultado o espaço suficiente para participarem no processo democrático, e terem a possibilidade de, efetivamente, influenciar as decisões tomadas.

Existem, numa situação de vida em diáspora, dois importantes factores que influenciam este processo. Um prende-se com os direitos formais e as possibilidades inerentes ao direito de voto, aquisição da nacionalidade, acesso à informação; um outro resulta da existência de factores estruturantes como as discriminações estrutural e institucional nos países de residência, o racismo e a xenofobia, a discriminação da mulher e de cidadãos de outra origem étnica. Além disso, as políticas de integração estrutural(normativa) onde se inserem alguns dos direitos de cidadania dificultam, muitas vezes, a defesa dos legítimos interesses das comunidades portuguesas na Europa. Importante também é, na relação entre Portugal e as suas Comunidades, a existência de direitos que facilitem a participação cívica dos Portugueses não-residentes e Luso-descendentes nos processos decisórios e democráticos. Alguns desses direitos encontram-se consagrados na Constituição da República Portuguesa. Uma política a desenvolver para o aprofundamento dos direitos constitucionalmente consignados implica em definir objectivos, criar e concretizar estratégias no sentido de:

- Desenvolver mecanismos adequados à defesa dos Portugueses vítimas de discriminação estrutural e institucional nos países de residência ;
- Valorizar explicitamente a importância das Comunidades Portuguesas na construção da democracia portuguesa e na História de Portugal ;
- Promover a ideia de Portugal como um Portugal repartido pelo Mundo e não confinado ao Portugal continental e insular ;
- Dinamizar o reencontro de Portugal com as Comunidades através da implementação das medidas que o CRCPE propugna para as Comunidades para aumentar a participação cívica e política dos Portugueses da Diáspora nos actos eleitorais e combater actual défice de participação e representatividade ;
- Apoiar as organizações das mulheres portuguesas para que possam participar em igualdade de circunstâncias nos processo decisórios e democráticos, sobretudo, em posições de chefia ;
- Conseguir que as mulheres e jovens aumentem a representatividade nos órgãos do CRCPE ;
- Promover **uma política de requalificação dos Consulados** assegurando uma prestação de serviços que verdadeiramente funcione e seja um eficaz elo de ligação às Comunidades, utilizando para o efeito as verbas do Fundo de Relações Internacionais (FRI) ;

- Desenvolver acções no sentido de colocar as missões diplomáticas **os Consulados na estratégia de concretização de uma política global para as Comunidades**, nomeadamente, nos planos social e cultural ;
- Incluir objectivos para apoio à participação política e cívica nos países de acolhimento ; criar redes informais entre os cidadãos portugueses eleitos nas as diversas estruturas de carácter comunitário ou social-político ;
- **Propor a constitucionalização do Conselho das Comunidades.** A integração do CCP num quadro constitucional implicaria a sua transição da esfera governamental para a esfera da Assembleia da República o que daria ao CCP outras condições de afirmação e outra segurança jurídica e até psicológica para passar a desenvolver o seu trabalho sem hiatos ;.
- Encontrar novas formas de relacionamento, cooperação e de resolução de conflitos entre os órgãos do CCP (CRE , secções Locais, Comissões temáticas). Novas formas de apoio ao funcionamento aos órgãos do CCP incluindo um Gabinete de Ligação autónomo com outras atribuições e competências. Os órgãos do CCP devem ser administrativa e financeiramente autónomos e com capacidade de propor os seus orçamentos em função dos objectivos enunciados nos seus Programas de Acção.
- Assegurar a atribuição de **orçamentos** dignos no sentido de dotar os órgãos do CCP (incluindo CRE) da autonomia administrativa e financeira necessárias ao seu normal funcionamento ;
- Aprofundar os direitos políticos aos Portugueses da Diáspora assegurando a sua **participação nos referendos nacionais**, quando tais referendos recaiam sobre matéria que lhes diga especificamente respeito ;
- Assegurar a todos os cidadãos Portugueses recenseados no estrangeiro o direito de se candidatarem nas listas dos partidos políticos concorrentes às eleições ;
- Promover o estudo das causas dos altos níveis de abstencionismo nos actos eleitorais, e propor as necessárias medidas que visem aumentar a participação cívica dos cidadãos não residentes e Luso-descendentes em todos os actos eleitorais para os quais forem convocados a exercer esse seu direito ;
- Promover uma Revisão da Lei Eleitoral e a Revisão da Lei do recenseamento ; propor o aumento de deputados pelos círculos da emigração

- Promover a introdução de novas metodologias de participação nos atos eleitorais ;
- Promover e fomentar a participação activa da comunidade nos actos eleitorais

6. Igualdade de direitos sociais e económicos

Igualdade de direitos e de oportunidades são condições fundamentais para se chegar à igualdade. O princípio da igualdade insere-se numa Política de Integração estrutural norteada para uma cidadania inclusiva de combate às assimetrias sociais e económicas. As sociedades europeias que acolhem os Portugueses e Luso-descendentes caracterizam-se por vezes por práticas de exclusão ,segregação, desigualdade e racismo, por exemplo, nas condições de trabalho, habitação, saúde etc. Essas situações violadoras do Estatuto de Equidade não são unicamente produto das condições individuais de cada cidadão, mas sim resultado de obstáculos que se opõem a qualquer igualdade estrutural e espelham-se na discriminação no mercado de trabalho, na segregação habitacional, na degradação e desigualdade das condições sociais, como por exemplo, na saúde, nos cuidados com a terceira-idade, nas reformas de velhice e invalidez e outras situações provocadas por incapacidade física/mental e pobreza. Um outro aspecto importante no respeitante à igualdade de direitos prende-se com as condições de reinserção social oferecidas aos Portugueses e Luso-descendentes que regressam a Portugal.

Sendo assim, o CRE propõe :

- Promover junto dos países de residência o direito à qualidade de vida de todos os cidadãos nacionais através da adopção de acordos bilaterais e, no plano interno, a aprovação de Planos de Diversidade que lhes garantam os mesmos direitos sociais e laborais oferecidos aos nacionais dos países de residência ;
- Reformular os programas ASIC e ASEC para que estes possam dar resposta mais eficaz e abrangente às situações de idosos e portugueses carenciados;
- Oferecer a todos os portugueses e luso-descendentes que regressem a Portugal as condições necessárias a uma rápida e harmoniosa reinserção na sociedade portuguesa;
- Propor e promover a revisão de acordos internacionais de Segurança Social, com vista a reforçar a proteção social de trabalhadores e suas famílias;
- Proceder a uma ampla divulgação dos direitos dos portugueses a residir e a trabalhar na Europa em termos laborais, fiscais ou de direito de pensão.

7. Aproveitamento do potencial económico das comunidades

O Governo no seu programa afirma que” *as possibilidades de desenvolvimento económico em ligação com a diáspora não foram ainda totalmente exploradas e a margem de manobra é muito significativa*”.

- Neste âmbito a CRE propõe como objetivos:
- Divulgar ao Governo e agentes do Estado Português a existência e utilização do potencial económico da Comunidade Portuguesa na Europa para a internacionalização da economia portuguesa;
- Clarificar os canais adequados de intervenção junto do Ministério da Economia e da Inovação e do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Aperfeiçoar os mecanismos de informação/ acção da Comunidade Portuguesa;
- Facilitar o acesso de pequenos e médios empresários no mercado de trabalho

Promover a solidariedade das empresas portuguesas estabelecidas na Europa para o apoio ao movimento associativo português e ao desenvolvimento de atividades divulgadoras da cultura portuguesa visando a sua afirmação no espaço europeu.

8. Responsabilidade pela concretização dos Objectivos Estratégico e Programáticos

A responsabilidade da execução das linhas de programação estratégico-programáticas assentam na estrutura organizativa existente.

Esta estrutura desenvolverá a sua actividade assente num trabalho consistente de estudo, acompanhamento e avaliação – com previsão de resultados a médio/longo prazo – e serão coordenados pelo secretariado do Conselho Regional da Europa

9. Observações Finais

Esta Plataforma de Acção deverá orientar a acção futura do CRE a nível de todas as suas estruturas (Comissões Temáticas, Secções Locais, representação no Conselho Permanente).

**Plataforma de Acção para o Triénio(PAC) 2017-2019
aprovado na Reunião do Conselho Regional da Europa em Lisboa
03 de Março de 2017**

**Ministério dos Negócios Estrangeiros
Sala dos Concursos**

**Presidente: Alfredo Stoffel
Secretária: Sónia Oliveira**